

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO – COE

PACTO GLOBAL
PERÍODO 11/2019 - 11/2021



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná





JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná



Rede Brasil

SUMÁRIO

CARTA DO DIRETOR DO FORO	4
HISTÓRICO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ	6
JUSTIÇA FEDERAL E O PACTO GLOBAL	8
AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ	11
Ações em virtude da Pandemia de COVID-19	11
Acessibilidade na JFPR	14
LINC Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR	15
Projetos do LINC	16
Oficinas colaborativas LINC	16
Outras propostas LINC	19
Participação na Rede Sustenta Paraná	20
Plano de Logística Sustentável - PLS	21
Usina Fotovoltaica de Londrina	29

CARTA DO DIRETOR DO FORO



Nesse momento em que vivemos fortes mudanças e transformações globais, seja por causa da pandemia do Covid-19 ou pelo despertar da consciência sobre a importância de preservarmos o planeta em que habitamos, é uma honra para a Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná ser signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e integrar ao grupo daqueles que buscam um mundo melhor através dos 10 Princípios Universais e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Pessoalmente, a apresentação do primeiro Relatório COE da nossa instituição representa um importante desafio nestes primeiros meses como Diretor do Foro da JFPR, apresentando os primeiros passos dados nessa jornada e firmando o compromisso de avançarmos em busca de um judiciário mais sustentável, com a implementação de ações que visem a responsabilidade social e ambiental.

A Justiça Federal da 4ª Região é composta pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, órgão de segundo grau, com sede em Porto Alegre, e das Seções Judiciárias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A Seção Judiciária do Paraná, com sede em Curitiba,

representa o primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal no Estado. Temos orgulho em representar essa instituição que tem como missão “garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva” e tem como seus valores a ética, o respeito à cidadania e ao ser humano, a responsabilidade ambiental, a transparência, a qualidade e a inovação.

Em respeito à sua missão e valores, a Seção Judiciária do Paraná tem trabalhado para prestar um serviço de qualidade à sociedade, bem como para minimizar o impacto negativo que suas atividades institucionais podem causar ao meio ambiente. Além disso, desenvolve ações em prol da sustentabilidade, inovação e inclusão social. Como exemplo disso, em outubro de 2021, a JFPR criou a sua unidade de sustentabilidade, em atendimento à Resolução CNJ 400/2021. A nova unidade, incorporada à Seção de Planejamento e Gestão - agora Planejamento, Gestão e Sustentabilidade, representa um importante passo para a implementação de uma política de sustentabilidade cada vez mais sólida na nossa seccional.

Nesta Comunicação de Engajamento - COE, iremos destacar

as boas práticas de sustentabilidade em apoio à iniciativa global, implementados no biênio 2019-2021, por meio dos principais projetos que impactaram diretamente nossa sociedade e o meio ambiente.

Em primeiro lugar, apresentaremos as ações que a JFPR adotou em virtude da pandemia de Covid-19, uma vez que é impossível tratar do biênio em questão sem mencionar a doença que tanto impactou a vida de toda a população mundial. Essa fatalidade, que resultou na morte de milhões de pessoas em todo o mundo, afetou também nossas relações, nossa saúde física e mental, mudou a forma como trabalhamos, além de alterar drasticamente a economia global, dentre tantos outros efeitos por ora incalculáveis. A JFPR, cumprindo seu papel social, implementou ações para minimizar esses efeitos, tanto para o público interno quanto para o externo.

Outro importante destaque do ano de 2019 foi a criação do Laboratório de Inovação e Criatividade - LINC, que tem como grande desafio atingir a Inovação Social integrando o Judiciário à Comunidade através de soluções inovadoras e sociais que reflitam em benefícios para a sociedade como um todo. Em pouco tempo desde sua criação, nosso laboratório já desenvolveu diversas atividades de suma importância para o público interno e externo da JFPR, não só na área da inovação, mas também em temas relevantes como acessibilidade e inclusão.

Ainda com o objetivo de fortalecer a cultura da sustentabilidade em nossa instituição, em 2019 nos tornamos signatários da Rede Sustenta Paraná - Rede Paranaense para a Sustentabilidade na Gestão Pública, uma importante iniciativa de cooperação interinstitucional para debater questões sobre responsabilidade socioambiental. Neste ano, temos a honra de sermos anfitriões do evento anual da Rede, que tem como tema **“Agenda 2030 em foco”** e tratará de importantes temáticas como boas práticas replicáveis para a gestão pública, mudanças climáticas, consumo consciente e gestão de resíduos sólidos.

O Plano de Logística Sustentável - PLS, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, é uma importante ferramenta para racionalizar o consumo de recursos e estabelecer a consciência e responsabilidade social, por meio de uma cultura de sustentabilidade na Administração Pública. A criação do PLS da JFPR oportuniza a documentação de práticas já adotadas, o desenvolvimento de novos projetos com vistas a ampliar sua contribuição às futuras gerações, a institucionalização da cultura da sustentabilidade e a avaliação periódica dos resultados alcançados.

Merece destaque especial, ainda, a inauguração da nossa primeira Usina Fotovoltaica instalada na cidade de Londrina/PR, que representa um marco na utilização de fontes renováveis e limpas de energia, que impactarão diretamente no consumo sustentável e na preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Assim, após dois anos de nossa adesão ao Pacto Global, por meio do envio deste COE, renovo nosso compromisso com as Organização das Nações Unidas. Torno público, ainda, o engajamento de nossa instituição para o cumprimento da Agenda 2030 e dos 10 Princípios do Pacto Global e, mais do que isso, para a transformação de uma sociedade mais justa e igualitária, fazendo da Justiça um instrumento de benefício ao bem público.

Atenciosamente,

José Antonio Savaris

Juiz Federal Diretor do Foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná

HISTÓRICO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ



Fonte: Acervo JFPR/Memória Institucional

A Justiça Federal brasileira nasce, oficialmente, com a Proclamação da República, em 1889. No Estado do Paraná, os juízes federais foram precedidos pelos juízes de direito dos feitos da Fazenda da Província do Paraná ou por juízes municipais, que atuavam em todas as causas judiciais, independentemente da matéria. Em 1890, o Poder Judiciário Nacional passou a ser constituído pela Justiça Federal e pelos juízes de direito e Tribunais dos estados e a instituição pôde contar, finalmente, com um quadro próprio de magistrados.

A partir disso, começa a primeira fase da Justiça Federal no Paraná, durante os anos de 1891 a 1937. Relatos apontam que nessa época a instituição não dispunha de sede própria e as sessões ocorriam em outros órgãos públicos existentes, como em Câmaras ou Intendências Municipais ou até mesmo na própria residência dos magistrados.

A Constituição de 1937 extinguiu a Justiça Federal no país. Apenas em 1965 a instituição voltou a ter previsão constitucional. Com a aprovação da Lei nº 5010/1966, que estabeleceu duas Varas Federais na capital do Estado, teve início a segunda fase da Justiça Federal no Paraná que perdura até os dias atuais. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 106 a 110, reestruturou a Justiça Federal, com a criação de cinco Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça.

Em 1969 foi instalada a Seção Judiciária do Paraná e após quase dois anos exercendo suas atividades jurisdicionais em instalações provisórias foi inaugurado seu primeiro espaço próprio, o Edifício Sulamérica, em Curitiba, na Rua XV de Novembro, funcionando juntamente com a Procuradoria da República. Em 1987 houve a primeira expansão rumo ao interior do Estado e cidades como Foz do Iguaçu e Londrina receberam suas primeiras Varas Federais.

Em 2002, a Seção Judiciária de Curitiba inaugurou uma ampla e moderna sede própria, o Foro Federal Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, localizado na Avenida Anita Garibaldi, no bairro Cabral, reunindo grande parte da estrutura administrativa e das Varas Federais. Além dessa sede, conta também com um prédio no centro da Cidade, onde funcionam os Juizados Especiais e a Turma Recursal, e outro no bairro Hauer, onde funcionam o arquivo e almoxarifado da instituição.

As Seções Judiciárias de cada Estado são vinculadas aos Tribunais Regionais Federais, agrupados em Regiões. A Seção Judiciária do Paraná juntamente com a de Santa Catarina e a do Rio Grande do Sul formam a primeira instância da 4ª Região, vinculadas ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, órgão de Segunda Instância.

Atualmente existem no Paraná 20 Subseções Judiciárias localizadas na capital e em cidades do interior e litoral do Estado, sendo elas: Curitiba, Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama e União da Vitória.



Fonte: Acervo JFPR/Memória Institucional

No total, são 70 Varas Federais e quatro Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais. Há ainda Unidades Avançadas de Atendimento nas cidades de Arapongas, Astorga, Ibaiti, Ivaiporã e Wenceslau Braz.

O quadro de funcionário da JFPR nesse ano de 2021 tem em sua composição 136 magistrados, 1489 servidores, além de 323 estagiários e 338 terceirizados que atuam nas mais diversas áreas.

JUSTIÇA FEDERAL E O PACTO GLOBAL

Desde 2019 a JFPR tem parceria firmada com o Pacto Global da ONU e a Agenda 2030, que representa a maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do mundo, com o propósito de Desenvolvimento Sustentável dentro de suas atribuições. Os signatários do Pacto Global assumem a missão de impulsionar ações responsáveis junto ao cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas, traduzida por meio dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), relacionadas à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento.



JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
Av. Anita Garibaldi, 888 - Bairro Cabral - CEP 80540-901 - Curitiba - PR - www.jfpr.jus.br
6º andar

OFÍCIO - 4768286 - PRCTBDIR

Curitiba, 30 de julho de 2019.

Ilustríssimo Senhor H.E. António Guterres
SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS
Nova Iorque, NY 10017
USA

Senhor Secretário-Geral:

Cumprimentando-o, venho por meio deste confirmar que a Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná (SJPR), do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apoia os Dez Princípios do Pacto Global, relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção. Com esse compromisso, a Justiça Federal do Paraná expressa a intenção de apoiar e difundir tais princípios e a empreender esforços para divulgar publicamente compromisso junto aos seus funcionários, parceiros e ao público em geral.

Também compromete-se a participar e se envolver com o Pacto Global da seguinte maneira:

- implementar os Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas, por meio de estratégias e operações;
- incentivar todas as partes interessadas e demais órgãos envolvidos com a execução da prestação jurisdicional a participar no Pacto Global; e
- acolher eventos do Pacto Global da ONU.

A Seção Judiciária do Paraná reconhece que um requisito fundamental para a participação no Pacto Global é a apresentação de uma Comunicação de Engajamento (COE), que descreve os esforços dispendidos na implantação dos Dez Princípios do Pacto Global. Apóia a prestação de contas e transparência das informações, e, portanto, compromete-se a apresentar um relatório sobre o progresso após dois anos de adesão ao Pacto Global e, depois bianualmente, de acordo com a política do COE do Pacto Global.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Kravetz**, Secretária da Direção do Foro da SJPR, em 30/07/2019, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Sabemos que o impacto de uma instituição no meio ambiente tornou-se parte fundamental de como a sociedade a percebe e avalia o seu desempenho geral e sua capacidade de continuar apresentando um trabalho de excelência. Isto é resultado do reconhecimento cada vez maior da necessidade de assegurar ecossistemas saudáveis, igualdade social e boa governança organizacional.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, tendo como objetivo primordial erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.



Aliada aos 10 princípios designados para alcançarmos um mundo melhor e aos ODS, a JFPR através de sua missão de “garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”, consolidada por seus valores de “ética, respeito à cidadania e ao ser humano, responsabilidade ambiental, transparência, qualidade e inovação” firma esse compromisso com toda a sociedade, alcançando uma justiça efetiva, transparente e sustentável.

O Relatório de Comunicação de Engajamento (COE) tem por finalidade oportunizar a demonstração de boas práticas de sustentabilidade em apoio à iniciativa global por participantes não empresariais.

Assim, apresentamos a seguir algumas ações realizadas pela Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná no biênio de 11/2019 à 11/2021, destacando seus projetos para as ações realizadas para minimizar os efeitos da pandemia, a criação do LINC (Laboratório de Inovação e Criatividade), a participação na Rede Sustenta Paraná, o PLS (Plano de Logística Sustentável) e a construção de sua primeira Usina Fotovoltaica instalada na cidade de Londrina/PR.



AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ

Ações em virtude da Pandemia de COVID-19

Considerando o período a que esse relatório se refere, é impossível não mencionar os efeitos do vírus SARS-Cov-2, causador da Covid-19. A doença, que surgiu em dezembro de 2019, na China, rapidamente atingiu todo o mundo e mudou a vida de todos de forma repentina. A gravidade da situação resultou na declaração de situação de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS em 11 de março de 2020.

Diante da necessidade de distanciamento social, foram estabelecidas medidas de prevenção ao contágio pela Covid-19 em toda a Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná, como o fechamento dos prédios e a adoção do trabalho remoto compulsório para continuidade da prestação jurisdicional, com instituição de atos processuais na modalidade virtual, incluindo atendimento ao público, por telefone e por meio do “Balcão Virtual” e realização de audiências e sessões de julgamento por videoconferência. Assim, foi necessária a

reorganização da força de trabalho e da estrutura física para garantir a continuidade dos trabalhos durante a pandemia, a fim de que todos pudessem trabalhar com o menor impacto, dando continuidade ao devido atendimento ao jurisdicionado.

Relatamos a seguir algumas ações internas e externas adotadas pela JFPR a fim de minimizar os efeitos da pandemia:

Ações internas:**1 - Projeto Escuta Ativa**

Trata-se de iniciativa do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano – NADH com objetivo de criar um canal de comunicação mais direto entre o público interno e a administração, um espaço de fala e acolhimento para melhoria da qualidade de vida no trabalho, tendo em vista os anseios oriundos da radical mudança de estruturação do trabalho em virtude da pandemia.

A primeira ação foi em março de 2020 tendo como marco o trabalho remoto compulsório em razão da pandemia. Foi realizada a divulgação do canal e da equipe técnica na intranet e entrevista com todos os gestores. A ideia é ser um projeto permanente, com atualização de campanhas e ações pontuais.

**2 - Eventos com o objetivo de auxiliar a saúde mental dos servidores durante período de isolamento social:**

- Webinarário “Saúde Mental - é hora de ouvir e falar sobre isso”.

- Saúde e Isolamento Social em debate na JFPR.

- Planejamento e execução de atendimento coletivo às unidades da 3ª Vara Federal de Curitiba e 3ª Vara Federal de Cascavel, por meio de rodas de conversa sobre os temas do luto, auto-cuidado e bem-estar.

- Participação no Projeto “CaFédéral”, criado pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul com a finalidade de apoiar estagiários durante o período de teletrabalho compulsório e isolamento social.

**3 - Projeto “Quarentena sustentável - Cuidar do Finito”**

O Projeto “Quarentena sustentável - Cuidar do Finito” foi promovido pela Corregedoria da Justiça Federal da 4ª Região com auxílio da Seção de Biblioteca e da Seção de Pesquisa Jurídica da JFPR, em reflexão ao mês do Meio Ambiente (junho/2020).

Foram propostos três assuntos principais para divulgação de artigos, livros, reportagens, vídeos, filmes, documentários e entrevistas que abordassem os assuntos, quais sejam: “A importância da água”, “Mudanças Climáticas” e “Crueldade animal, alimentação e sustentabilidade”.

A produção conjunta das Seções foi sistematizada em formato de revista e disponibilizada semanalmente, durante o mês de junho/2020, na intranet da Justiça Federal da 4ª Região.



Ações externas:

1 - Voluntariado da Justiça Federal

O Voluntariado da JFPR tem a participação de magistrados e servidores através da arrecadação de recursos utilizados para comprar alimentos, material de higiene e cobertores.

Desde o início da pandemia, foram realizadas diversas campanhas do Voluntariado com o auxílio da Direção do Foro da JFPR e das Direções das Subseções do interior:

Para ajudar pessoas em situação de rua durante a pandemia, o Voluntariado da Justiça Federal iniciou no fim de maio de 2020 uma campanha para arrecadação de recursos para comprar alimentos, material de higiene e cobertores.

O total arrecadado em dinheiro chegou a R\$ 3.700,00, que foi utilizado para comprar alimentos, álcool gel, papel higiênico,

detergente, pasta de dente, sabonete e outros produtos para cuidados com a higiene, além de cobertores e meias para ajudar a encarar o frio. Os artigos foram distribuídos em quatro oportunidades e contemplaram aproximadamente 400 pessoas, dando um pouco de amparo e conforto para essas pessoas que vivem em situação de rua enfrentar a pandemia.

Em diversas Subseções foram realizadas campanhas para a arrecadação de cobertores, agasalhos, doces e brinquedos para o dia das crianças, chocolates para a Páscoa, leites para pacientes com câncer, kits natalinos, produtos de limpeza e cestas básicas que foram doados para moradores de rua, famílias em vulnerabilidade e para os funcionários terceirizados que prestam serviços na Justiça Federal.



Fonte: Acervo JFPR/Voluntariado

2 - Doação de recursos

A JFPR destinou mais de 10 milhões de reais para municípios, secretarias de saúde, hospitais e instituições para a compra de equipamentos, insumos e materiais de proteção para os profissionais de saúde para enfrentar o novo coronavírus. As Varas Federais de competência criminal formalizaram doações para mais de 55 localidades e entidades em várias regiões do Paraná.

Os recursos destinados têm origem na execução das penas alternativas (substituição de tempo de prisão por trabalho comunitário e pagamento de valores) de processos criminais que tramitam na Justiça Federal. Os valores oriundos dessas penas, em situação de normalidade, são encaminhados para entidades assistenciais, escolas, órgãos de segurança etc. Considerando o momento de crise, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) recomendaram o redirecionamento dos recursos para o combate à Covid-19.





Acessibilidade na JFPR

A partir de agosto de 2021 a JFPR passou a contar com um recurso para facilitar a acessibilidade de pessoas surdas. O VLBRAS foi desenvolvido pensando na ampliação dos recursos de acessibilidade da Justiça Federal, com o intuito de promover acessibilidade e igualdade em suas plataformas digitais.

A ferramenta possibilita que pessoas surdas acessem os conteúdos do site em sua língua natural de comunicação. Por meio de uma opção na janela lateral de todas as páginas do site é possível traduzir automaticamente textos, legendas e áudios, através de um agente animado virtual 3D, que participa das atividades solicitadas.

O programa é totalmente gratuito (de código aberto e distribuição livre) podendo ser instalado em qualquer aparelho com acesso à internet, como computadores, tablets e smartphones. O programa foi desenvolvido a partir de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPDG), da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



LINC Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR

A inovação social define-se como uma ruptura na maneira de fazer as coisas, uma mudança relativa às soluções habitualmente ofertadas, promovendo uma resposta criativa aos problemas. Assim, o setor público atua como agente inovador quando fornece novos serviços ou novas formas de atuação nas demandas já existentes, de modo a prestar um serviço de qualidade, que atenda às necessidades dos cidadãos.

No âmbito do Poder Judiciário brasileiro, a integração da Agenda 2030 e a inovação estão intimamente relacionadas. Em 2019, no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, a integração da Agenda 2030 foi aprovada como Meta Nacional:

“Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário, consistente em realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030”

Durante o I Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, realizado no ano de 2019 em Curitiba, foi assinado o “Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário e no Ministério Público”, bem como a Portaria nº 119/2019, que criou o Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS) do CNJ, como forma de institucionalizar o uso da inovação e da inteligência, promovendo o desenvolvimento de alianças estratégicas e projetos de cooperação.

No mesmo ano, durante o I Encontro Ibero-Americano para a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

quatro órgãos do Poder Judiciário instituíram os atos de criação dos Laboratórios de Inovação e Inteligência, entre eles a **Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná**.



Por meio do qual se instituiu o Laboratório de Inovação da Justiça Federal do Paraná e nomeados os servidores laboratoristas. Na oportunidade, o Coordenador Residente da ONU, Niki Fabiancic, destacou: “Nesse sentido, gostaria de saudar o Poder Judiciário Brasileiro, na pessoa do Presidente da Suprema Corte, Ministro Dias Toffoli, pela liderança e pelo pioneirismo do Conselho Nacional de Justiça ao institucionalizar a Agenda 2030. Até onde sabemos, é o **Primeiro Judiciário no mundo** que oficialmente integra os ODS a seus procedimentos cotidianos. Portanto, o Poder Judiciário brasileiro está na

vanguarda e se tornam referência da implementação dos ODS para América Latina e Caribe e para o mundo”.

Em 2020, o CNJ criou a Rede de Inovação do Poder Judiciário para oportunizar a troca de informações e experiências com objetivo de aprimorar as atividades com foco na Agenda 2030. Estes espaços promovem o diálogo e a análise colaborativa de demandas, com a construção de soluções estratégicas e a ampliação da transparência na atuação do Poder Judiciário, garantindo à sociedade o acesso a instituições mais eficazes e responsáveis, alinhadas com o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o Laboratório de Inovação e Criatividade da JFPR deu início às suas atividades em janeiro de 2020 e participa ativamente do ecossistema nacional de inovação, atuando em eventos externos e estimulando internamente a cultura de inovação. Sua atuação inclui atividades de oficinas colaborativas e multidisciplinares, utilizando a abordagem do Design Thinking para o desenvolvimento de soluções criativas para problemas complexos.

Referente aos ODS desenvolve diversas ações relacionadas a alguns objetivos específicos, como apresentaremos a seguir:

Projetos do LINC

Incubadora

Implementação de estratégia de inovação tecnológica, que busca promover o bem-estar e a satisfação dos usuários internos e externos dos serviços administrativos e judiciários, a modernização das ferramentas de trabalho, a automação das atividades repetitivas, a redução de erros e o aprimoramento dos fluxos de trabalho.



Oficinas colaborativas LINC

Desafio Acessibilidade

Utilizando-se da técnica de Design Thinking – uma abordagem cognitiva não linear para a resolução de problemas complexos, foi diagnosticada a necessidade de revisão e incrementação da acessibilidade do auditório Lício Bley Vieira, culminado com obras de adaptação de rampa e cobertura de veículos de pessoas com necessidades especiais, em Curitiba/PR.



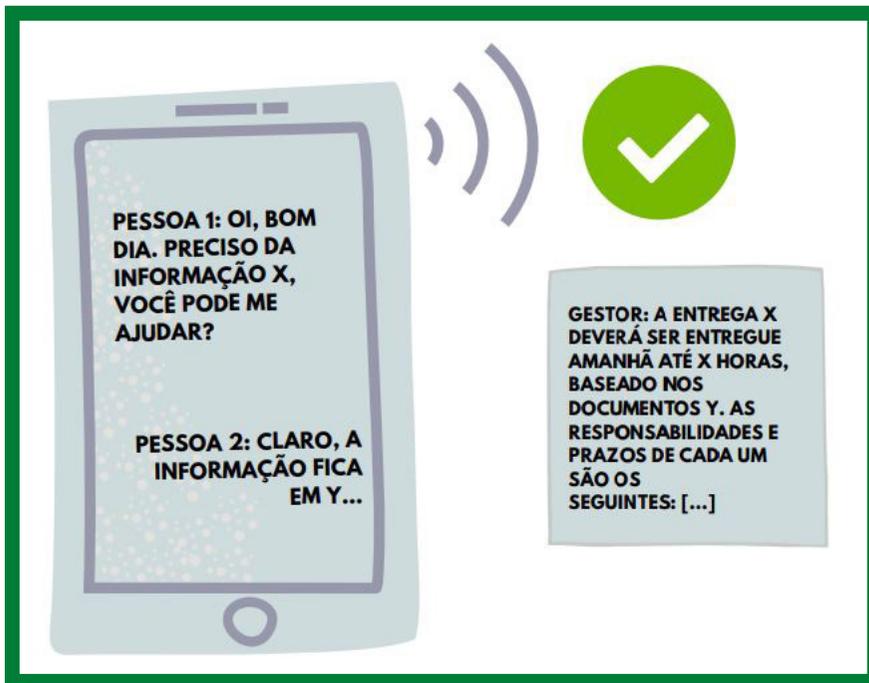
Fonte: Acervo JFPR



Fonte: Acervo JFPR

Gestão do Trabalho Híbrido

Durante o MOI - Mapeamento de Oportunidades de Inovação, verificou-se vários desafios relacionados à saúde do servidor (física e mental), gestão de tempo, relacionamento/comunicação de equipe, motivação e teletrabalho. Com esse propósito buscamos ajudar a criar uma ambiência e modelo de gestão para a nova realidade do trabalho híbrido. Os protótipos e soluções apresentadas foram: Adequar o espaço das Varas; Desenhar um fluxo de trabalho; Melhorar a ergonomia das pessoas que estão em teletrabalho ou trabalho híbrido; Definir um melhor fluxo de comunicação.



Projeto Fala Justa



Trata-se de uma iniciativa inovadora, que envolve os colaboradores de toda a Justiça Federal da 4ª região e tem como objetivo encontrar soluções para melhorias no fluxo de comunicação entre o jurisdicionado, advogados, servidores e magistrados, tanto para o período de isolamento decorrente da pandemia quanto para os tempos vindouros.

Os protótipos apresentados foram: Criação de novos canais de comunicação e linguagem; Reformulação do site; Chat bot no WhatsApp e site; Manual do app eProc; Personagem Dona Justa.

Cultura de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio

Como podemos esclarecer as pessoas sobre o que é assédio, aumentando a confiança delas na instituição e garantindo que elas comuniquem atos de assédio, cientes de que não estão sozinhas, que serão acolhidas e orientadas e que sua denúncia será levada adiante, sem represálias?

Os protótipos finais apresentados em cerimônia pitch foram: Capacitação continuada; Criação de canal de denúncias; Campanhas e oficinas de conscientização sobre o tema.



Oficina Atendimento Inclusivo do Segmento LGBTQIA+

Realização de oficinas colaborativas no LINC, com abordagem de Design Thinking, para desenvolver soluções de atendimento inclusivo ao público LGBTQIA+, interno e externo, por demanda da CPEA - Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual na JFPR.

Como podemos criar um protocolo de atendimento e conduta, para um atendimento inclusivo ao público LGBTQIA+, interno e externo, de ponta a ponta, junto à Justiça Federal, que passe desde o atendimento inicial (presencial e remoto), uso de banheiros, ao tratamento durante audiências e entrega final da jurisdição, respeitando as diferenças de cada pessoa sem violá-la em sua subjetividade?

Os protótipos foram apresentados à Comissão de Assédio, Direção do Foro e convidados, em cerimônia de pitch. São eles: Capacitação geral para o tema; Adoção permanente do mês da visibilidade LGBTQIA+; Adaptação de banheiros nos edifícios das subseções.

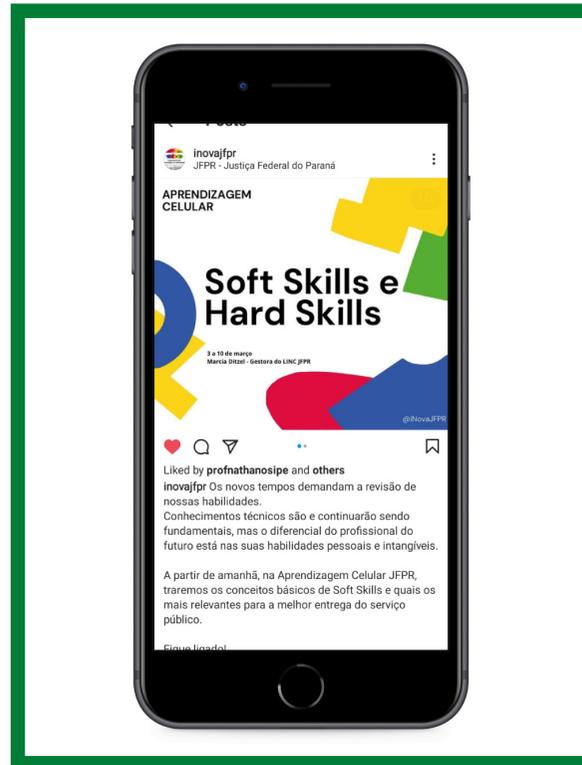


Outras propostas LINC

Aprendizagem Celular

Capacitação para inovação, em formato de microaulas, disponibilizadas no Instagram @inovajfpr. Possibilidade de acesso dos conteúdos através de dispositivos móveis.

Dentro desta proposta, o LINC fez uma ação para divulgação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de sensibilizar o público interno e externo da JFPR a respeito da temática, ainda desconhecida por muitos.



Programa LINC Convida

O LINC Convida tem por objetivo trazer temas relevantes para a nova cultura de inovação e suas tendências, no serviço público e no mundo. Foram realizados programas mensais, em formato de talk show, pela plataforma Zoom e disponibilizados no [Youtube](#).



Participação na Rede Sustenta Paraná

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná é signatária desde 2019 da Rede Sustenta Paraná – Rede Paranaense para a Sustentabilidade na Gestão Pública, que constitui um espaço permanente deliberativo e propositivo de questões e iniciativas relativas à responsabilidade socioambiental e à sustentabilidade. Participam da rede órgãos das três esferas da administração pública, dos três poderes e outras instituições, sendo 18 deles signatários do Acordo de Cooperação Técnica 001/2019.

Neste ano de 2021, comemorando os seis anos de atuação colaborativa, o evento anual da rede “**Sustenta Paraná – Agenda 2030 em foco**” tem a Justiça Federal do Paraná como anfitriã. O evento será realizado totalmente online e suas temáticas concentram-se nos avanços da Sustenta Paraná, boas práticas replicáveis para a gestão pública, mudanças climáticas e de hábitos, consumo consciente e gestão de resíduos sólidos.

O evento ocorreu nos dias 26 e 27 de outubro de 2021 e a programação pode ser acessada através do site <https://sustentaparana.wixsite.com/2021>.



SUSTENTA PARANÁ 2021

AGENDA 2030 EM FOCO

youtube.com/sustentaparana

26 DE OUTUBRO DE 2021

- 1

Sustenta Paraná: 6 anos
- 2

Boas práticas replicáveis

27 DE OUTUBRO DE 2021

- 3

Resíduos sólidos e mudanças climáticas
- 4

Mudança de hábito e consumo responsável

INSCRIÇÕES COM CERTIFICADO PELO SITE
<https://sustentaparana.wixsite.com/2021>

APOIO:

AGÊNCIA GERAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE SERVIDORES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

CONPES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PARANÁ

Tribunal de Contas da União

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Seção Judiciária do Paraná

Tribunal Regional do Trabalho do Paraná

BANCO CENTRAL DO BRASIL

SANEPAR

COPEL

POLÍCIA FEDERAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

HOSPITAL DE CLÍNICAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INSTITUTO FEDERAL PARANÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Plano de Logística Sustentável - PLS

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu art. 225 o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.

O Conselho Nacional de Justiça vem desenvolvendo nos últimos anos ações para a promoção de responsabilidade social e ambiental no âmbito do Poder Judiciário, tendo como marco principal a edição da Resolução CNJ nº 201/2015, que criou as unidades socioambientais e implantou o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

Neste ano foi publicada a Resolução CNJ 400/2021, que instituiu a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, considerando a **Agenda 2030**, que contempla os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, e a Portaria CNJ 133/2018, que instituiu o Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar propostas de integração das metas do Poder Judiciário com os ODS.



A Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021-2026) tem a promoção da sustentabilidade como um dos seus macrodesafios. A adoção dos valores social, econômico e ambiental, os quais compõem o tripé da sustentabilidade e responsabilidade social garantem uma instituição

ambientalmente responsável, economicamente viável e socialmente justa. Os Mapas Estratégicos tanto do Conselho Nacional de Justiça quanto do Conselho da Justiça Federal estão alinhados à Agenda 2030 e possuem a indicação dos ODS correspondentes a cada macrodesafio, conforme abaixo:



Fonte: Site do CJF

Nesse contexto, conforme a Resolução 400/2021, “o PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidos, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.”

Por meio da Resolução nº 136/2021 do TRF 4ª Região, publicada em 11 de outubro de 2021, a temática da Sustentabilidade foi incorporada à Seção de Planejamento e Gestão, que passou a se chamar Seção de Planejamento, Gestão e Sustentabilidade. O objetivo é atender à Resolução 400/2021 do CNJ que estabelece o caráter permanente da unidade de sustentabilidade, com o objetivo de assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho da política de sustentabilidade na Justiça Federal do Paraná.

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná tem o seu Planejamento Estratégico alinhado ao CNJ e ao CJF, sendo a **responsabilidade ambiental** um de seus valores. O PLS na Seção Judiciária do Paraná, amparado pela Resolução 400/2021 do CNJ e pela Resolução 81/2015 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, é realizado pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, com apoio da Seção de Planejamento, Gestão e Sustentabilidade e coordenação da Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná.

O Plano tem por objetivo oportunizar a documentação de práticas já adotadas, o desenvolvimento de novos projetos

com vistas a ampliar sua contribuição às futuras gerações, a institucionalização da cultura da sustentabilidade e a avaliação periódica dos resultados alcançados.

A Comissão Gestora do PLS é dividida em seis grupos executores:

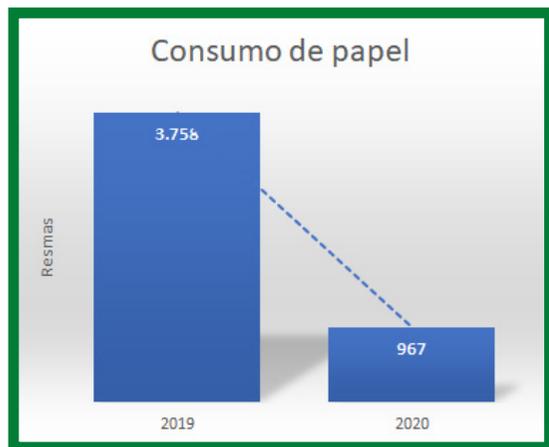
- Compras e Contratações Sustentáveis
- Racionalização e consumo conscientes
- Qualidade de vida no trabalho
- Capacitação socioambiental
- Eliminação sustentável e gestão de resíduos

A JFPR tem trabalhado de forma contínua para reduzir o impacto negativo que suas atividades institucionais podem causar ao meio ambiente e à sociedade. Dentre as iniciativas de minimização de impactos ambientais estão: sistemas de reaproveitamento de águas pluviais, substituição de copos descartáveis por canecas, utilização de lâmpadas de LED e adoção do processo eletrônico tanto judicial quanto administrativo. Ainda, a destinação de resíduos recicláveis por meio de acordo com cooperativa de catadores de materiais recicláveis garante a correta destinação de resíduos para reciclagem e contribui para a equidade social ao passo que garante renda a famílias muitas vezes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

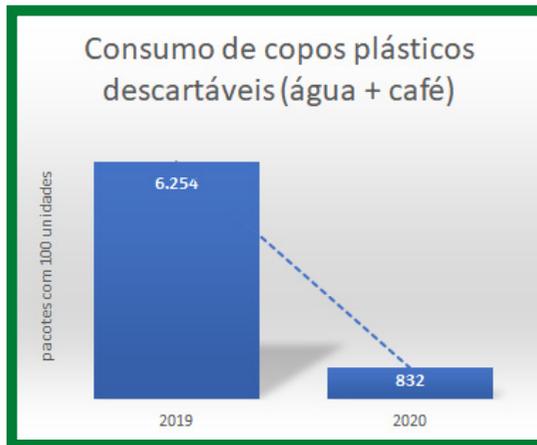
Desde o seu início até o presente momento foram diversas conquistas alcançadas através das ações desenvolvidas pelo PLS, sendo que o último relatório apresentado aponta os resultados de 2020 e apresenta o plano de ações das propostas para 2021. O documento pode ser acessado pelo link: [Relatorio_PLS_2020_2021-1.pdf \(jfpr.jus.br\)](https://www.jfpr.jus.br/relatorio_pls_2020_2021-1.pdf)

É importante salientar que os resultados obtidos estão diretamente ligados ao momento atual de pandemia causada pelo Coronavírus. O teletrabalho obrigatório com o fechamento dos prédios da JFPR e a interrupção do atendimento presencial ao público tiveram como efeito a redução dos consumos internos como, por exemplo, água e esgoto, energia elétrica, garrafas de água mineral e copos descartáveis e aumento de gastos como telefonia fixa e móvel. Esses dados demonstram o impacto da ação humana no meio ambiente e nos convidam a analisar o que pode ser feito para reduzi-lo por meio da mudança dos nossos hábitos de consumo, seja em ambiente de trabalho ou em casa. A conscientização e sensibilização de todos é a chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

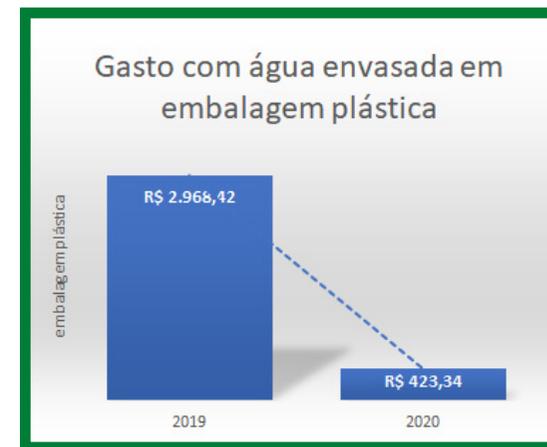
Seguem os dados estatísticos dos indicadores do Plano de Logística Sustentável PLS:



Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021



Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021



Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Redução de 74%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia
- Contínuo aperfeiçoamento dos processos judiciais e administrativos em meio eletrônico

Redução de 86,5%

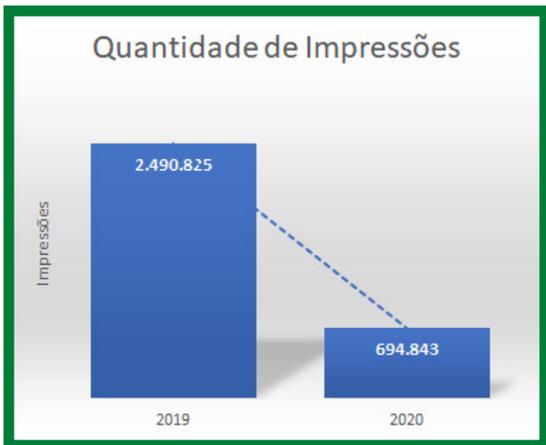
Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia e suspensão do atendimento presencial ao público.
- A distribuição de copos plásticos descartáveis é prioritária para locais de atendimento e movimentação de público externo.

Redução de 85,7%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia e suspensão do atendimento presencial ao público.
- A JFPR não faz aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis, tais como copos e garrafas.
- A aquisição de água envasada em galões ou garrafas retornáveis é realizada para uso prioritário em locais de atendimento e movimentação do público externo.
- As unidades possuem purificador de água instalado em local de fácil acesso para uso do público interno e, eventualmente, para o público externo.

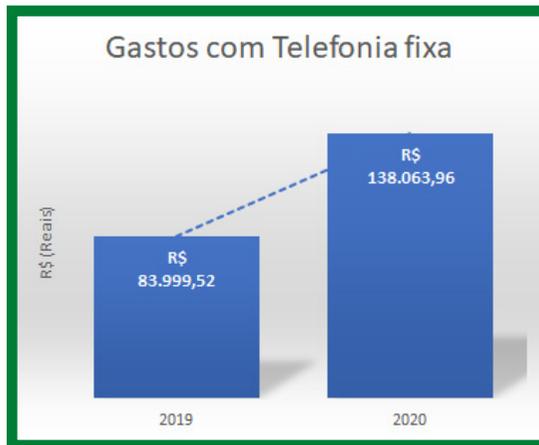


Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Redução de 72%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia.
- Cancelamento do contrato de impressão em dezembro de 2019.

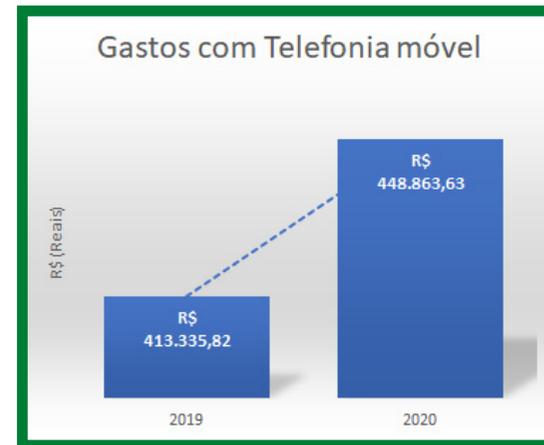


Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Aumento de 64,3%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia e fechamento do atendimento ao público nas sedes da JFPR, sendo um dos principais meios de contato entre magistrados, servidores e público externo. O desvio dos ramais fixos para os celulares contribuiu para o aumento dos gastos neste item.

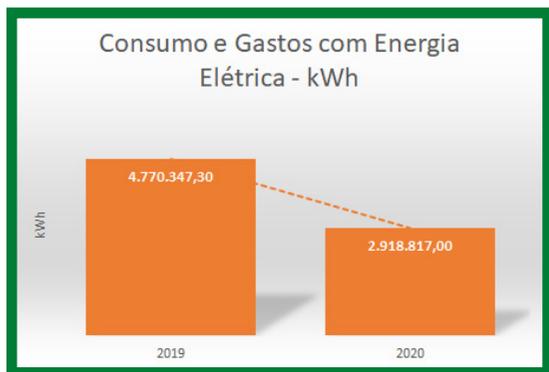


Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Aumento de 8,3%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia e fechamento do atendimento ao público nas sedes da JFPR, sendo um dos principais meios de contato entre magistrados, servidores e público externo.
- O uso da ferramenta WhatsApp Business contribuiu para que o aumento fosse pequeno.

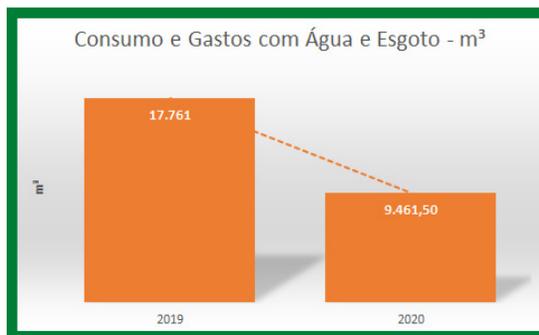


Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Redução média de 38%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia e fechamento do atendimento ao público nas sedes da JFPR.
- Instalação da usina fotovoltaica na Subseção Judiciária de Londrina.
- Aquisição de novas funcionalidades para o sistema de automação predial do edifício-sede em Curitiba, possibilitando a melhor gerência de energia, com o monitoramento da demanda e desligamento de equipamentos menos necessários em horário de pico, além de revisão no sistema de controle de iluminação da referida sede, visando a redução do consumo de energia.

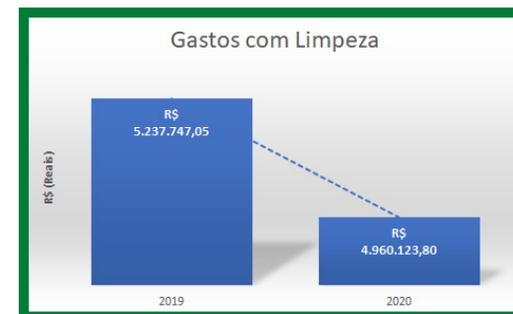


Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Redução média de 46%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Teletrabalho obrigatório em razão da pandemia e fechamento do atendimento ao público nas sedes da JFPR.

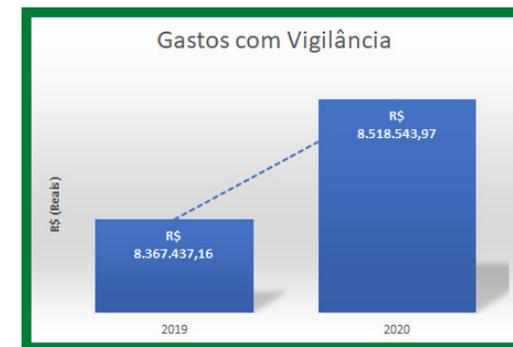


Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Redução de 5,3%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Houve a redução proporcional dos valores do vale-transporte, vale-alimentação e insumos, em razão da dispensa dos terceirizados durante o período de pandemia e fechamento dos prédios da SJPR.



Fonte: Plano de Logística Sustentável - JFPR 2020-2021

Aumento de 1,81%

Ações que contribuíram para o resultado:

- Aumento em razão de reajustes salariais.

Compras e Contratações Sustentáveis

As compras da JFPR estão em constante aperfeiçoamento por meio da adoção de critérios técnicos de sustentabilidade e consequente substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menor impacto ambiental.

Alguns exemplos de contratações sustentáveis:

- Aquisição de computadores com critério de sustentabilidade (RoHS), o qual proíbe o uso de substâncias perigosas, tais como: cádmio, mercúrio e chumbo.
- Aquisição de papel com certificação FSC, a qual identifica produtos madeireiros e não madeireiros originados do bom manejo florestal.
- Exigência de selo PROCEL em aquisições de lâmpadas e derivados, orientando a aquisição de equipamentos mais eficientes e que consomem menos energia.
- Aquisição de lâmpadas LED para economia de energia elétrica.
- Exigência de certificados do INMETRO em contratações de móveis e materiais elétricos.
- Contratação de empresa para descarte de lâmpadas com certificação.
- Inclusão nos editais de boas práticas de compras sustentáveis no âmbito da 4ª Região.

Esta Seccional também admite critérios e práticas de sustentabilidade adotados em contratações públicas previstas nas normas legais e infralegais que tratam sobre o tema (Leis, Decretos, Instrução Normativa, entre outras), conjuntamente com normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho, normas da ABNT, Cadernos de Logística, Catálogo de Materiais e de Serviços dos Sistemas de Compras dos Governos, assim como Guias, Cartilhas e Manuais de Contratações Sustentáveis, que consolidam essas normas e boas práticas.

Existem também diversas normas cogentes emanadas de entidades como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – CONAMA, Ministério do Meio Ambiente, INMETRO, Ministério do Planejamento, entre outras, que tratam da segurança para o usuário de produtos e serviços; de exigência de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, na prestação de serviços e na execução de obras.



Qualidade de Vida no Trabalho

As principais ações de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho realizadas e acompanhadas por este grupo foram:

- Contato com gestores de todas as Unidades da SJPR e com servidores por eles indicados, como forma de acolher e prestar suporte relacionado à saúde mental, por ocasião da imposição do teletrabalho remoto compulsório em razão de situação pandêmica. Esta ação foi realizada como parte do Projeto Escuta Ativa.

- Elaboração e execução de pesquisas sobre o trabalho remoto compulsório na JFPR, compreendendo as áreas meio e fim, e dirigidas aos públicos específicos de gestores e servidores.

- Realização de pesquisa sobre comunicação interna na SJPR, que fundamentou a proposição de uma ação inicial para apoiar e promover o aprimoramento da comunicação no meio institucional, efetivada através de palestra para apresentação de conceitos introdutórios da Comunicação Não-Violenta.

- Programa de Ambientação e Integração de Servidor para acolhimento dos novos servidores.

- O programa de Ginástica laboral foi prejudicado em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus. No entanto, foi disponibilizado no canal Educação Corporativa JFPR no Youtube 15 aulas de ginástica laboral.

- Foram realizadas 3 Campanhas de Doação de Sangue durante 2020, com adesão de magistrados e servidores de todo o Estado.

- As principais ações de capacitação em qualidade de vida foram: Webinário setembro amarelo; Palestra “o cérebro como o centro do universo”, Treinamento da comissão de prevenção ao assédio, Palestra “meditação e serenidade”, Palestra “a ciência da formação de hábitos”, Campanha outubro rosa: nutrição e saúde da mulher, Campanha novembro azul: saúde masculina, Palestra “vamos falar sobre assédio”, Palestra “a coragem de ter conversas difíceis”.



Fonte: Acervo JFPR



Fonte: Acervo JFPR

Eliminação Sustentável e Gestão de Resíduos

A Gestão de Resíduos é uma forma eficiente de desenvolver a consciência ambiental e garantir a sustentabilidade. Gerenciar os resíduos é fundamental para dar o encaminhamento e destinação corretos. Por isso a JFPR estabeleceu diversas atitudes para adotar práticas de aproveitamento e reaproveitamento, buscando o descarte mais adequado a fim de buscar o ecologicamente correto. São elas:

- Os resíduos como papel, plástico, metal, vidro e eletrônico da Subseção Judiciária de Curitiba são coletados e destinados à reciclagem através de convênio com uma Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.
- Os resíduos como pilhas e baterias são encaminhados para descarte através da Prefeitura de Curitiba.
- Em relação às lâmpadas de LED, maioria em uso em toda a SJPR, podem ser enviadas para reciclagem.
- Quanto às demais lâmpadas, fluorescentes, eletrônicas, incandescentes, mistas e de sódio, em fevereiro de 2020 houve a coleta e destinação a uma empresa especializada, que possui um sistema de destruição e descarte com segurança evitando a contaminação.
- Relativamente aos resíduos de obras, a JFPR incluiu nos contratos de obras e reformas que a empresa contratada deve fazer o descarte correto dos materiais, fornecendo o Certificado de Destinação Final dos resíduos.



Fonte: Freepik.com

Usina Fotovoltaica de Londrina

O termo sustentabilidade diz respeito ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações em atender as suas próprias necessidades. Assim, os resultados das atividades humanas devem obedecer a limites para não destruir a diversidade e a complexidade do meio ambiente.

Nesse contexto, o uso de fontes de energia limpas e renováveis contribuem para a diminuição do impacto ambiental e geram economia de recursos. A energia solar é uma energia limpa, alternativa, renovável e sustentável.

A Justiça Federal iniciou na data de 18 de maio de 2020, em Londrina, o funcionamento de seu sistema de captação de incidência solar para a geração de energia. O custo da usina fotovoltaica chegou a R\$ 600 mil e a estimativa é da geração de 20.000 kWh/mês.

Para a tomada de decisão da construção da usina fotovoltaica foi observada a necessidade de soluções sustentáveis que trouxessem economia significativa sem influenciar nos hábitos e comportamento dos servidores. A decisão da instalação na cidade de Londrina foi devida a sua excelente localização possuindo uma área de ótima insolação, prédio com localização e posicionamento privilegiados, predominância de dias ensolarados durante todo o ano e 2ª maior unidade consumidora da Justiça Federal no estado do Paraná, gerando dessa forma uma redução significativa no valor da fatura de energia elétrica local.

A usina conta com 442 placas em uma área de 881 m², o que representa aproximadamente o consumo de 36 casas com quatro pessoas, o que torna o Edifício-sede da Justiça Federal na cidade quase que totalmente sustentável. A previsão é que seja alcançada uma economia por mais de 20 anos, com baixo custo de manutenção, baixando o consumo de energia elétrica e atingindo uma redução de 70% na fatura de energia.

Os resultados de sua utilização já estão gerando impactos positivos e dados demonstram que o consumo de energia elétrica, comparando-se a média simples de janeiro a abril/2020 (18.163,50), antes da sua instalação, com a média simples de maio a dezembro/2020 (4.088,13), após a instalação, apresentou uma redução de 55% no consumo elétrico de kWh.

O investimento nessa forma de geração energética é uma possibilidade real que a Administração Pública possui para obter retorno financeiro, sem gerar impactos no local de instalação, seguindo os objetivos sustentáveis assumidos e atendendo as necessidades de sua população.

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná tem planos de ampliar essa ação instalando outras usinas fotovoltaicas nas demais cidades de sua atuação e encontra-se, atualmente, em fase de negociação para a realização desse projeto.



Fonte: Acervo JFPR





JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Paraná



Rede Brasil